

Trabalhando em Benefício da Escola e da Comunidade



**A EXPERIÊNCIA DE
BELO HORIZONTE
1989/1992**

7

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



APOIO



MEC

Ministério da Educação e do Desporto

Uma das mais importantes capitais brasileiras, centro de uma região metropolitana que reúne mais de 3,5 milhões de pessoas, Belo Horizonte mudou seu ensino em quatro anos. Aplicando mais de 30% do orçamento municipal em educação, promovendo a cooperação entre estado e município, descentralizando as decisões e pensando a escola na própria escola, com a participação da comunidade, Belo Horizonte multiplicou as oportunidades de aprendizagem e consolidou a participação do município na oferta de vagas e na gestão da política educacional.

A administração que assumiu a direção de Belo Horizonte em 1989 encontrou uma rede escolar com sérios problemas de manutenção, incapaz de atender a todas as crianças que precisavam de escola. Os equipamentos básicos e o material didático-pedagógico eram insuficientes, a falta crônica de professores deixava muitos alunos sem aula e a merenda era pobre, na qualidade e na quantidade.

A isso acrescentavam-se dificuldades geradas por um sistema centralizado, que se isolava e se distanciava da escola, abafando seus conflitos, impedindo sua autonomia e dificultando o crescimento de seus profissionais. Havia altos índices de evasão e repetência, sobretudo nas duas séries iniciais do 1º grau.

A participação da rede municipal na oferta de vagas vem crescendo rapidamente, passando dos 15% históricos da década de 70, para mais de 25% atualmente. Nos últimos quatro anos, com a conceituação abrangente dada à educação, houve um crescimento expressivo do ensino regular de primeiro e segundo graus e expandiram-se também a pré-escola, a suplência e a educação especial.

Hoje, a administração pública é responsável em Belo Horizonte por 396 escolas e 395 mil alunos, cerca de 75% do número de estudantes matriculados na rede escolar, num universo de 604 estabelecimentos e 530 mil alunos. O município responde por 158 escolas e 137 mil vagas e o governo estadual, por 238 escolas e 258 mil vagas. O ensino particular complementa essa ampliação das oportunidades de aprendizagem, contribuindo com 208 escolas e 135 mil vagas.

Democratização, com mais recursos para a educação

Universalização do atendimento escolar, democratização do sistema educacional, organização administrativa e pedagógica da escola municipal e erradicação do analfabetismo foram as quatro linhas básicas, os pontos de partida em busca de um ensino melhor, que nortearam a administração de Belo Horizonte no quadriênio 1989/1992.

Para garantir o acesso à escola de todas as crianças em idade escolar foi necessário a adoção de medidas alternativas, que suprissem a demanda por vagas a curto prazo. Paralelamente, desencadeou-se um programa de aumento e manutenção da rede física e de construção de escolas e ampliação de salas de aula.

A gestão democrática e o planejamento em bases participativas, princípios de trabalho da equipe que assumiu a educação em Belo Horizonte, exigiram uma descentralização pedagógica e administrativa, incluindo a transferência de recursos financeiros para as escolas. Procurou-se, também, estimular canais de participação e formas colegiadas de administração escolar, possibilitando às escolas a construção coletiva de um projeto pedagógico próprio.

Em 1990, essas diretrizes foram consolidadas com a aprovação da Lei Orgânica do Município, cujos pontos principais do capítulo sobre educação estabelecem a utilização máxima dos recursos físicos e humanos para o atendimento educacional; a direção colegiada das escolas, com eleição direta e secreta; o estímulo à organização autônoma dos alunos; o incentivo à participação da comunidade, mediante a instituição da assembléia escolar com instância máxima de deliberação, na qual estão representados pais, membros da comunidade, alunos e todos os servidores; e a valorização dos profissionais de ensino, com garantia de plano de carreira para o magistério.

Com a aprovação da Lei Orgânica, Belo Horizonte pôde destinar, em 1990, 30,35% de sua receita orçamentária corrente para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Em 1991, o percentual subiu para 31,67%.

Cooperação entre estado e município e informatização

Objetividade e paixão, improviso e método se entrelaçam na experiência de Belo Horizonte em busca de um ensino público de qualidade. Uma providência fundamental para a administração cumprir as metas a que se propôs foi a realização de um verdadeiro recenseamento anual nas escolas, chamado de cadastro escolar. Isso foi possível graças à cooperação entre as secretarias estadual e municipal de Educação e à informatização.

As famílias são convocadas pelos meios de comunicação para inscrever na escola pública mais perto de casa os filhos que chegam à idade escolar. Os dados são apurados por região, caracterizando a demanda escolar, e servem de base para o dimensionamento da rede de ensino. Colocando o computador a serviço da educação, foi possível consolidar e interpretar os dados referentes à demanda e à rede de escolas públicas. Foram aperfeiçoados modos de proceder e instrumentos de registro, que hoje permitem relacionar as decisões sobre encaminhamento dos alunos a vários outros aspectos da estrutura urbana, como vias de acesso, transporte, terrenos disponíveis etc.

A chamada de alunos, que antes atingia apenas as crianças que alcançavam a idade escolar, se estende, agora, a outras portas de acesso ao ensino, como a quinta série e o ingresso no segundo grau. Com a localização das áreas onde havia excedentes de matrícula, foi possível montar um programa para aumentar a oferta de vagas, incluindo a construção de novas escolas e a ampliação do número de salas de aula. A cooperação entre estado e município é uma das razões para a melhoria do ensino em Belo Horizonte. A partir de 1990, vários instrumentos estimularam essa cooperação. Em alguns casos, o estado repassa recursos para que o próprio município amplie sua rede escolar. Em outros, cede prédios, equipamentos, mobiliário e recursos humanos.

Em contrapartida, a Prefeitura arca com as despesas decorrentes do funcionamento e manutenção das escolas, inclusive as relativas ao pagamento do pessoal docente e administrativo. Esse procedimento possibilitou a ampliação da rede municipal em 11 escolas no período entre 1991 e 1992, estando prevista a transferência de mais 18 escolas em 1993.

Descentralização, democracia e participação da comunidade

A convicção de que a escola tem que ser pensada na própria escola orientou, desde o início, o trabalho da administração que assumiu Belo Horizonte em 1989. A Secretaria de Educação foi reorganizada em dois departamentos, um administrativo e outro da atividade-fim. Ganhou, ainda, uma representação em cada administração regional. Reuniões em todos os níveis estabeleceram uma via de comunicação de mão dupla, em constante funcionamento. A realização de eleições para o preenchimento de cargos, a implementação da assembléia escolar, como instância máxima de deliberação das escolas, e dos colegiados, com poderes normativos, deliberativo e consultivo, vêm criando um espaço de encontro, debate e exercício da criatividade, capaz de propor soluções com a participação de todos.

O propósito visado -- cada escola construir seu próprio modo de trabalho -- se concretiza no chamado projeto pedagógico, através do qual a escola prioriza os problemas e propõe ações para solucioná-los, elaborando o *Projeto Global da Escola*. Compete à Secretaria de Educação aprovar, apoiar, acompanhar e providenciar as condições materiais que permitam a viabilização do projeto. Ao final de 1991, 48% da rede já tinham projetos em andamento. A descentralização pedagógica e administrativa conduz à autonomia financeira da escola, processo iniciado com a ampliação significativa da quantidade de recursos destinada à caixa escolar. Este foi o primeiro passo para transformar a escola em unidade orçamentária.

A proposta de trabalho educacional em Belo Horizonte faz da educação um processo de aprendizagem que abrange a comunidade em torno da escola, integrando-a como interlocutora e co-responsável pelo projeto. Este é um dos grandes desafios, já que as escolas se habituaram a uma verticalidade nas relações com as famílias e estas se acostumaram a confiar à escola a responsabilidade integral pela escolarização. A assembléia escolar é um dos instrumentos para alterar essa situação, o que vem ocorrendo de maneira gradual e diferenciada na rede escolar.

O aperfeiçoamento dos profissionais da educação

Um dos instrumentos mais eficientes na experiência de Belo Horizonte foi o *Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação*, o Cape, criado intencionalmente fora da estrutura burocrática. O Cape tem como objetivos gerais o intercâmbio de experiências, a produção de trabalhos pedagógicos, a veiculação de material didático-pedagógico, a realização de cursos e seminários e o apoio aos projetos pedagógicos de escolas. O Cape não detém poder. Avança pela competência, oferecendo ao pessoal das escolas um espaço para debate, esclarecimento e exercício da criatividade. Colocando-se não como produtor

de cursos, mas como interlocutor, o Cape apresentou seus princípios às unidades escolares e recrutou professores da própria rede, para trabalhar junto às escolas.

A prioridade inicial foi conferida à alfabetização, tendo em vista os pedidos que surgiram, com cursos fora do horário de trabalho, a princípio, centralizados, depois nas regionais. Foram criadas também oficinas de trabalho por disciplinas, conduzidas por professores do Cape. Seminários regionais, eventos, encontros, semanas de estudo, realizados, ora sobre tópicos ora sobre questões mais amplas, completaram o trabalho. Para divulgar iniciativas e idéias são distribuídos boletins informativos, os Cadernos Pedagógicos, com material gerado nos vários eventos. Um jornal começa a circular. Formou-se um acervo de vídeo. As experiências de várias escolas mostram que o Cape contribuiu decisivamente para que cada uma delas buscasse seu próprio caminho.

Entendimento, a lição da *Escola Agenor de Sena*

A escola *Escola Agenor de Sena*, um prédio com 12 salas de aula, biblioteca, laboratório, pátio e área para esportes é um bom exemplo de como a colaboração entre estado e município é fundamental para responder às expectativas da comunidade. Instalada pela Secretaria Estadual em um prédio novo, num bairro de ocupação recente, atrás de um *shopping center*, a **Agenor Sena** tinha sobra de vagas, enquanto uma escola municipal, na mesma região, apresentava excedentes suficientes para formar várias turmas. A demanda escolar provinha de um bairro vizinho, antigo matadouro da cidade, com moradores antigos e recém-chegados, muitas famílias em torno apenas de uma mãe.

Uma consulta à população mostrou que os moradores do bairro vizinho confiavam na escola municipal, que os servia há três gerações, e desconfiavam da escola estadual, recém-chegada, com professores que "viviam mudando". Um entendimento comum, envolvendo estado, município, administração regional e moradores, transformou a *Agenor de Sena* numa escola municipal. Em dois meses, as inscrições subiram de 300 para 715. Hoje há 12 turmas de manhã e 11 à tarde, mas ainda falta muita coisa, como diz uma aluna da professora Sandra Magna, da 5ª série, na redação "**O que falta na Agenor?**"

"Estudo na Escola Municipal Agenor de Sena há quase um ano e já posso escrever um pouco sobre ela. É uma escola boa. Não digo que é uma escola ótima, porque precisa de muitas coisas para se tornar ótima. Precisamos de mais uma quadra para praticar esportes, pois, na verdade, temos só uma e é muito pequena. Há terreno, mas, e o capital para construir uma quadra maior?

Estou na 5ª série, o ano já está quase acabando e estou preocupada com a 6ª série, o ano que vem. Não temos lugar para a 6ª série. Será que vou ter que mudar de escola? Ou alguém irá nos ajudar a construir um novo prédio na área que temos? O nosso diretor e a vice-diretora, Renato e Judith, já fizeram muita coisa pela escola, mas não é o suficiente.

Precisamos de uma banda na escola, precisamos de uma TV e um rádio, precisamos de uma sala para laboratório, etc. A maioria das escolas municipais tem médico; a nossa não tem. Essa escola não era municipal. Graças a Deus, ela foi municipalizada. Agora precisamos de ajuda para tornar essa escola uma verdadeira Escola." ●